

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 98.026 - MG (2018/0107800-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE** : **CLENIA LUCIA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS** : **HUMBERTO PEDRO DA SILVA JÚNIOR - MG127512**  
: **FELIPE MAURICIO SALIBA DE SOUZA - MG108211**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CLENIA LUCIA DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Os autos dão conta de que a recorrente, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 171, *caput*, e § 4º, e 340, ambos do Código Penal, art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 1º, § 1º, II, § 2º, II, e § 4º, da Lei n. 9.613/1998, teve decretada a sua prisão preventiva pelo Juízo da Vara de Inquéritos da Comarca de Belo Horizonte, porque, na condição de funcionária da Associação dos Servidores Públicos Estaduais e Federais, estaria inserindo cobranças indevidas nos contracheques de funcionários públicos estaduais que variavam de R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), referentes a um seguro de vida (e-STJ fls. 166/171).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que concedeu parcialmente a ordem para substituir a prisão preventiva da então paciente pelas seguintes medidas cautelares (e-STJ fls. 290/291):

- a) Fiança no valor de 10 (dez) salários mínimos, com fulcro no artigo 325, II, do CPP;
- b) Fornecer ao juízo o endereço em que fixará residência e mantê-lo atualizado, para que seja, posteriormente, intimado acerca dos futuros atos processuais;
- c) Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- d) Proibição de ausentar-se da Comarca;

Opostos embargos de declaração (e-STJ fls. 300/301), foram rejeitados

(e-STJ fls. 303/307).

No presente recurso ordinário, a defesa afirma que *"a 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais condicionou a expedição de alvará de soltura ao pagamento de fiança de 10 salários mínimos, bem como que a paciente não se ausente da comarca de Belo Horizonte/MG, sem comunicar ao Juízo"* (e-STJ fl. 314).

Alega que *"a paciente laborava na função auxiliar financeira, possuindo a condição de primária e possuindo bons antecedentes, sendo que o valor da fiança 10 salários mínimos foi pago por conhecidos (comprovante nos autos), não possuindo como saldar referida dívida sem prejuízo de seu sustento e de sua família"* (e-STJ fl. 314).

Sustenta que, no que se refere à proibição de se ausentar da comarca, que *"tal medida impossibilitaria a paciente de praticar qualquer atividade laborativa fora da comarca de Belo Horizonte/MG, sendo razoável que seja estipulado um prazo mínimo de 30 dias para que a paciente informe sua ausência a esse Juízo"* (e-STJ fl. 316).

Ressalta que, *"caso seja determinado um prazo muito curto para que a paciente tenha que informar sua ausência ao juízo, tal determinação implicará em um atraso na marcha processual, tendo em vista que toda manifestação nesse sentido irá demandar parecer do i. Ministério e posterior conclusão para decisão"* (e-STJ fl. 316).

Por isso, requer, liminarmente, que, diante da ausência de condições financeiras para arcar com o valor arbitrado, seja determinada a restituição do valor pago a título de fiança ou, subsidiariamente, que o valor da fiança seja arbitrado em 1 (um) salário mínimo. Pleiteia, ainda, a estipulação de um prazo em que a recorrente poderia se ausentar da comarca sem comunicação ao juízo, sugerindo, que esse prazo seja de 30 (trinta) dias (e-STJ fls. 313/317).

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 327/329).

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo desprovimento do recurso, em ementa cujo teor transcrevo a seguir (e-STJ fl. 389):

RHC. CRIMES DE FURTO QUALIFICADO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E OCULTAÇÃO DE BENS. PRISÃO PREVENTIVA SUBSTITUÍDA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. PEDIDO PARA REDUÇÃO DA FIANÇA E CANCELAMENTO DA PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA.

Parecer pelo desprovimento do recurso ordinário.

É o relatório.

Consoante consta do relatório, pugna a defesa a restituição do valor pago a título de fiança e a estipulação de um prazo em que a recorrente possa se ausentar da comarca sem comunicação ao juízo.

Quanto ao primeiro pleito, é cediço, no âmbito desta Corte, que o pedido de restituição da fiança paga não se relaciona com a garantia da liberdade de locomoção protegida nesta via mandamental, de sorte que o recurso não merece conhecimento nesse ponto.

No mesmo sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA E ATIVA. OPERAÇÃO PECÚLIO/NIPOTI. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE DO DECRETO DE PRISÃO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR SUBSTITUÍDA POR MEDIDAS ALTERNATIVAS. INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA. DECISÃO, ADEMAIS, CONSIDERADA LEGAL POR ESTE SUPERIOR TRIBUNAL, NA ANÁLISE DE OUTROS FEITOS RELATIVOS À AÇÃO PENAL. PEDIDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO DE DETERMINADAS MEDIDAS ALTERNATIVAS. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

[...]

4. Quanto ao pleito de restituição do valor da fiança pago pelo recorrente, tal pedido não se relaciona com constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, devendo o acusado se valer da medida cabível para pleitear a restituição. Precedente.

5. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 84.463/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019.)

PROCESSUAL PENAL. FLAGRANTE LAVRADO SEM A PRESENÇA FÍSICA DA AUTORIDADE POLICIAL. DELEGADO QUE RESPONDIA POR OUTRAS DELEGACIAS. NULIDADE. AUSÊNCIA. RESTITUIÇÃO DA FIANÇA PAGA PELO FLAGRANTEADO. HABEAS CORPUS VIA IMPRÓPRIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MATÉRIA NÃO DECIDIDA. NÃO CONHECIMENTO.

1 - Demonstrado que a autoridade policial respondia por várias delegacias, não há falar em nulidade do ato, porque não esteve fisicamente presente à lavratura do flagrante do recorrente, notadamente porque não se tem notícia, na espécie, das condições enfrentadas naquele momento pelos agentes estatais, não se podendo aferir se era possível ou não atender o art. 308 do Código de Processo Penal que determina levar o preso a outra seccional.

2 - Além disso, consta ter o delegado, por telefone, orientado a escrevã na realização do ato flagrancial, tendo sido, inclusive, arbitrada fiança que, paga pelo preso, foi imediatamente liberado.

3 - Nesse contexto, **a pretensão de reaver o valor pago a título de fiança não tem razão de ser, até porque não se coaduna com a espécie, dada a ausência de importunação ao direito de ir e vir.**

4 - Não decidida a questão do trancamento da ação penal, não merece conhecimento.

5 - Recurso conhecido em parte e, nesta extensão, não provido. (RHC 71.660/MT, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018, grifei.)

Em relação ao pedido remanescente, o Tribunal *a quo* assim consignou quanto à imposição da medida cautelar (e-STJ fl. 304):

A meu ver, o r. acórdão deixa claro, por meio de um raciocínio preciso e concatenado, considerando todos os argumentos exarados na exordial, as razões pelas quais era o caso de concessão parcial da ordem naquele Habeas Corpus, com a fixação de medidas cautelares.

É bom que se diga que a decisão deixa claro que a embargante está proibida de se ausentar da Comarca independentemente do número de dias.

De mais a mais, conforme destacado na própria inicial, a recorrente possui endereço comercial nesta cidade (fl.05-TJ), não merecendo guarida, portanto, a alegação de que a medida de proibição de se ausentar da comarca "*impediria a paciente de praticar qualquer atividade laborativa, fora da Comarca de Belo Horizonte*" (fl.232-TJ).

Por fim, vale pontuar que as medidas fixadas no acórdão embargado

deverão perdurar enquanto durar a cautelaridade ou até que extintas por decisão judicial.

Como se vê, o colegiado de origem substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares diversas, entre elas, a proibição de ausentar-se da comarca sem prévia autorização judicial. Portanto, à recorrente foram aplicados atos menos gravosos, que, de forma menos lesiva, fossem igualmente eficazes à satisfação da ordem pública.

Encontram-se, pois, justificadas as medidas alternativas impostas ao acusado, dada a presença do *periculum libertatis*. Os elementos constantes dos autos evidenciam a gravidade dos atos supostamente praticados, tornando justa a imposição das medidas impostas pelo Julgador de piso.

Verifique-se o que já concluiu o em. Ministro Rogério Schietti Cruz, Relator do HC n. 296.337/DF (DJe 2/3/2015), relativamente às medidas sucessivas à constrição preventiva:

**[...] Deveras, as medidas alternativas à prisão preventiva não pressupõem, ou não deveriam pressupor, a inexistência de requisitos ou do cabimento da prisão preventiva, mas sim a existência de uma providência igualmente eficaz (idônea, adequada) para o fim colimado com a medida cautelar extrema, porém com menor grau de lesividade à esfera de liberdade do indivíduo.**

**É essa, precisamente, a ideia da subsidiariedade processual penal, que permeia o princípio da proporcionalidade, em sua máxima parcial (ou subprincípio) da necessidade (proibição de excesso): o juiz somente poderá decretar a medida mais radical – a prisão preventiva – quando não existirem outras medidas menos gravosas ao direito de liberdade do indiciado ou acusado por meio das quais seja possível alcançar, com igual eficácia, os mesmos fins colimados pela prisão cautelar.**

Trata-se de uma **escolha comparativa** entre duas ou mais medidas disponíveis – in casu, a prisão preventiva e alguma(s) das outras arroladas no art. 319 do CPP –, igualmente adequadas e suficientes para atingir o objetivo a que se propõe a providência cautelar.

**Desse modo, é plenamente possível que estejam presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, mas, sob a influência do princípio da proporcionalidade e à luz das novas opções fornecidas pelo legislador, deverá valer-se o juiz de uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do CPP, desde que considere sua opção**

suficiente e adequada para obter o mesmo resultado – a proteção do bem sob ameaça – de forma menos gravosa.

Semelhante opção judicial produzirá o mesmo resultado cautelar – no caso em exame, evitar a prática de novos crimes, de modo a proteger a ordem pública – sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade do acusado.

Além do menor custo pessoal e familiar da medida – pois o não recolhimento à prisão do réu o poupa, bem assim seus entes mais próximos, de um sofrimento desnecessário – o Estado também se beneficia com essa escolha, porquanto preserva vultosos recursos, humanos e materiais, indispensáveis à manutenção de alguém sob custódia, a par de diminuir-se indispensáveis à manutenção de alguém sob custódia, a par de diminuir-se os riscos e os malefícios inerentes a qualquer encarceramento (lesões corporais, tortura, ou mesmo homicídio, eventualmente cometidos por outros presos ou por carcereiros, transmissão de doenças infecto-contagiosas, criminalização do preso, estigmatização etc.).

[...] Deveras, para a decretação de uma prisão preventiva, é mister, nos termos do art. 313, inciso I, do CPP, que o crime seja punido com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos, ou que se trate de uma das hipóteses previstas nos incisos II e III, bem como no parágrafo único do mesmo dispositivo.

Já para a decretação de uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a única vedação que se faz é quanto à infração "a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade" (art. 283, § 1º, do CPP). [...] (grifos no original e acrescidos)

No caso em tela, recomendação não há de que apenas a extinção absoluta das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal e a concessão da completa liberdade ao recorrente fossem adequadas e suficientes, mormente quando a 5ª Câmara Criminal do Tribunal local deixou claro que *"a recorrente possui endereço comercial nesta cidade (fl.05-TJ), não merecendo guarida, portanto, a alegação de que a medida de proibição de se ausentar da comarca 'impediria a paciente de praticar qualquer atividade laborativa, fora da Comarca de Belo Horizonte'"* (e-STJ fl. 306). E, infirmar tal premissa requer o revolvimento do material fático-probatório, máxime por a recorrente não ter se desincumbido de comprovar *ex ante* a alegação defensiva da existência de labor fora da comarca.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. PRONÚNCIA. VEDADO O RECURSO EM LIBERDADE. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PARCIALMENTE PROVIDO PARA DECOTAR AS QUALIFICADORAS E IMPOR MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS ALTERNATIVAS AO ENCARCERAMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO. CONDIÇÕES PESSOAIS DO AGENTE. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Para a decretação das medidas cautelares pessoais é necessário que estejam presentes a plausibilidade e a urgência, de modo a justificar concretamente a imprescindibilidade da constrição.
2. In casu, o Tribunal de origem substituiu a prisão preventiva do réu por restrição cautelar de comparecimento mensal em juízo até o fim do processo em primeira instância e de proibição de ausentar-se da comarca, nos termos do artigo 319, incisos I e IV, do Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras medidas que o magistrado de primeiro grau entendesse por necessárias.
3. Não se vislumbra ilegalidade na imposição das medidas cautelares alternativas, nos parâmetros delineados, pois o Colegiado a quo declinou concreta fundamentação, pautada, sobretudo, nas circunstâncias do fato e nas condições pessoais dos agentes.
4. Não descurou o julgador das características das medidas cautelares alternativas à prisão preventiva, no que tange à preferibilidade, dentro da óptica de que sempre se devem privilegiar os meios menos gravosos e restritivos de direitos fundamentais.
5. Sob a influência do princípio da proporcionalidade em seu duplo espectro - proteção contra o excesso e vedação da proteção penal deficiente -, não se mostra descabida a imposição de cautelares alternativas como forma de proteger o bem ameaçado pela irrestrita e plena liberdade do acusado, não se afastando o julgador dos vetores decorrentes do postulado da proporcionalidade - necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito -, evidenciando-se a inexistência de constrangimento ilegal a ser sanado.
6. Ordem denegada.

(HC 440.892/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 13/08/2018)

Desse modo, não há ilegalidade a ser sanada, por se tratar de medida menos gravosa que a prisão cautelar, sendo adequada e suficiente para restabelecer ou garantir a ordem pública, assegurar a higidez da instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Ante o exposto, **conheço em parte do recurso e, nessa extensão,**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator